



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012236-81.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Servidão**
 Requerente: **Copel Geração e Transmissão Sa**
 Requerido: **Amaralina Agrícola Ltda**

CONCLUSÃO

Em 11 de abril de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIوبا ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A propõe ação de constituição de servidão cumulada com pedido liminar para imissão de posse contra **AMARALINA AGRÍCOLA LTDA**, pretendendo constituir servidão de passagem sobre uma área com 149,80 ha, na área desmembrada da Fazenda da Horta (Matrícula nº 59.610) e sobre a área de 229,90 ha, na área de terras agrícolas denominada Sato do Cam Cam (Matrícula nº 18.196), ambas de propriedade da requerida. Ofertou o valor de R\$ 247.364,12 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e trezentos e sessenta e quatro reais e doze centavos). A inicial veio acompanhada com documentos (fls. 10/58).

A expropriada veio aos autos (fls. 79/80) e concordou com o pedido feito pela expropriante, bem como com o valor ofertado a título de indenização, requerendo o levantamento da quantia depositada às fls. 61 dos autos.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da lide, não havendo necessidade de dilação probatória.

Trata-se de ação de instituição de servidão de passagem que tramitou sem vícios processuais e houve a aceitação, pela expropriada, do valor indenizatório ofertado, que, portanto, deve ser acolhido, prolatando-se imediata sentença.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido, constituindo a servidão de passagem requerida, observados o memorial de fls. 35 e croquis de fls. 36, fixada a indenização em R\$ 247.364,12 (duzentos e quarenta e sete



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

mil, trezentos e trezentos e sessenta e quatro reais e doze centavos), já depositados (fls. 61).

Nos termos do artigo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41 observo que às fls. 252/265 há a prova da propriedade, às fls. 267 – certidão conjunta negativa de débitos fiscais e às fls. 286 publicação dos editais.

Assim defiro o levantamento de fls. 61, pela expropriada, bem como a expedição de mandado ao Cartório de Registro Imóveis para o registro das servidões de passagem.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**